



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

CONSULTA PRÉVIA

Alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos

**AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES DE REDE FIXA VOZ
0371.2024.CPR.DI**

CADERNO DE ENCARGOS



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

OBJETO

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de comunicações de rede fixa voz para o período de 24 meses – 1 fevereiro 2025 a 31 janeiro 2027 –, para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), nos termos previstos no presente caderno de encargos.
2. O presente procedimento, adotado ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a seguinte referência 0371.2024.CPR.DI.

Cláusula 2.^a

CONTRATO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que os mesmos tenham sido expressamente aceites pelo Conselho de Administração da AICEP, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) A declaração relativa à proteção de dados pessoais (Anexo A).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 3.^a

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços que lhe tenham sido fornecidos pela AICEP devem ser submetidas a esta antes do início da execução dos serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o adjudicatário submetê-las imediatamente à AICEP, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 4.^a

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. Sem prejuízo das obrigações de natureza acessória prévias à prestação de serviços, que garantam a adequada e atempada prestação, e aquelas que devam perdurar para além da cessação do contrato, este entra em vigor no dia 01 de fevereiro de 2025 e mantém-se em vigor pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses ou até se esgotar o preço contratual em função dos consumos, consoante o que ocorrer primeiro.
2. No caso de não se verificar a outorga do contrato até ao dia 01 de fevereiro de 2025, este entra em vigor no dia da respetiva assinatura.

Cláusula 5.^a

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do contrato a celebrar são executados nos termos das especificações técnicas constantes da Parte II ao presente caderno de encargos, designadamente nos seguintes locais:

- a) Rua Júlio Dinis, 748, 9.º Dt, 4050-012 Porto, escritório com 2 pisos (8.º Esq. e 9.º Drt.);
- b) Rua de Entrecampos, 28 Bloco B, 8.º Andar, 1700-158 Lisboa, edifício com 8 pisos (1.º, 6.º a 12.º);
- c) Av. da Liberdade, 258, 5.º, 1250-149 Lisboa.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 6.^a

PREÇO BASE

1. O preço base do presente procedimento é fixado em um máximo de 24.471,05€ (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e um euros e cinco centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o montante que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AICEP.
3. A determinação do preço base resulta de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 7.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de todos os serviços, previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do caderno de encargos e do contrato a celebrar, a AICEP pagará mensalmente ao adjudicatário o valor resultante do preço unitário de cada componente do serviço, constante da proposta adjudicada, multiplicado pelo consumo efetivamente fornecido, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Não serão feitos pagamentos que não respeitem a serviços efetivamente prestados, não sendo devidos ao adjudicatário os montantes correspondentes a quantidades ou trabalhos estimados não prestados nem qualquer indemnização por conta dessa circunstância.
3. O preço contratual compreende a globalidade dos custos, encargos e despesas em que o adjudicatário incorra com a celebração e o cumprimento integral do contrato a celebrar, incluindo os relativos a deslocações, transporte, alojamento, alimentação, decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças, os referidos no artigo 445.º do CCP e, ainda, os decorrentes das obrigações de garantia dos serviços prestados.
4. O preço contratual engloba ainda a remuneração do adjudicatário por quaisquer benefícios que a AICEP tenha com a globalidade das prestações contratuais e não expressamente previstos no contrato, incluindo os de natureza comercial ou relativos à transmissão de direitos de autor.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 8.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela AICEP, nos termos do presente caderno de encargos, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (dias) após receção das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas mensalmente e com o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para efeitos do disposto no número 1 da presente Cláusula, a obrigação considera-se vencida após validação pela AICEP dos serviços prestados, atendendo aos consumos verificados no mês a que se reportam.
3. As faturas deverão conter de forma discriminada os serviços efetivamente prestados e a indicação expressa do número de compromisso que constará do contrato.
4. Para além das condicionantes sobre faturação estabelecidas nos números anteriores, o adjudicatário deverá cumprir os seguintes termos:
 - a) Deverão ser emitidas faturas diferenciadas e detalhadas por tipologia de serviço (acessos primários de voz, número azul, etc..) e por local;
 - b) As faturas deverão discriminar obrigatoriamente a instalação da AICEP a que se referem;
 - c) No caso das chamadas telefónicas, as faturas deverão também apresentar um resumo agregado da rede de destino.
5. Em caso de discordância por parte da AICEP, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitida, e observando o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo adjudicatário, depois da verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento da despesa pública.
7. Em caso de atrasos no pagamento por parte da AICEP, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre os montantes em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 9.ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato a celebrar, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços objeto do contrato, de acordo com as especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos, nos prazos estipulados, e garantir a implementação da totalidade dos serviços de comunicações a contratar, tendo em vista o cumprimento das finalidades principais e acessórias do contrato e a satisfação do legítimo interesse da AICEP na celebração do mesmo;
- b) Não alterar as condições de prestação dos serviços;
- c) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização, escrita, da AICEP;
- d) Prestar, de forma correta e fidedigna, todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Comunicar antecipadamente à AICEP os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- g) Inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução;
- h) Cumprir toda a legislação e orientações em vigor no que concerne à prestação dos serviços objeto do contrato, designadamente, a aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
- i) Cumprir todas as orientações da AICEP emanadas no quadro de conformação da relação contratual, que sejam adequadas e necessárias à execução do contrato do modo mais adequado às respetivas finalidades, suscitando-lhe todas as questões de natureza técnica que careçam de apreciação ou de determinação;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- j) Manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados, devendo disponibilizá-los à AICEP, sempre que esta os solicite;
 - k) Não proceder à transmissão ou divulgação de qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa à AICEP ou a terceiro, designadamente as que consubstanciam dados pessoais, as abrangidas por direitos de autor, as classificadas e explicitamente transmitidas como confidenciais ou as que respeitem à gestão privada da AICEP, às quais venha a ter acesso em virtude da execução do contrato, sendo esta obrigação, a vigorar sem termo, diretamente extensível a quaisquer dos seus agentes, trabalhadores e/ou colaboradores;
 - l) Reduzir automaticamente os preços dos serviços, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora, ANACOM, ou, eventuais campanhas promocionais que o adjudicatário venha a promover durante a execução do contrato;
 - m) Promover a formação, no âmbito das matérias objeto do contrato, aos trabalhadores e/ou colaboradores indicados pela AICEP;
 - n) Realizar os serviços acessórios que forem considerados necessários;
 - o) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável *ex vi* do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma.
2. O adjudicatário e os respetivos trabalhadores e/ou colaboradores estão ainda sujeitos ao dever de diligência sobre todos os assuntos que lhes sejam confiados.
3. O adjudicatário é responsável, no âmbito da relação contratual, por todos os seus atos e omissões, incluindo dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, dos quais resultem prejuízos para a AICEP ou para terceiros.
4. O adjudicatário é responsável perante a AICEP por quaisquer valores, a qualquer título, que esta tenha pago ou haja de pagar em virtude do incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso do contrato, ou da violação de quaisquer obrigações de natureza legal ou regulamentar aplicáveis, incluindo, nos termos do artigo 447.º do CCP, violação de direitos de propriedade intelectual.
5. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam adequados ao cumprimento das prestações objeto do contrato, bem como ao estabelecimento dos sistemas de organização necessários à perfeita



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

e completa execução das tarefas a seu cargo, que decorrem da prestação de serviços a contratar.

Cláusula 10.^a

SIGILO

1. O adjudicatário e os respetivos trabalhadores e/ou colaboradores estão sujeitos, nos termos da legislação aplicável, incluindo o estipulado nos estatutos da AICEP para os respetivos trabalhadores, a sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, jurídica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que dela resulte, a violação do dever de sigilo pelo adjudicatário ou pelos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, prevista na presente cláusula, confere à AICEP o direito à resolução imediata do contrato sem qualquer contrapartida ao adjudicatário.
5. O dever de sigilo mantém-se indefinidamente, salvo autorização expressa em contrário pela AICEP.

Cláusula 11.^a

DADOS PESSOAIS

A AICEP e o adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

não autorizado aos mesmos, nos termos da Declaração que se anexa como **Anexo A** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 12.^a

INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES

1. Ao adjudicatário são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. Caso, ao longo da prestação de serviços objeto do presente procedimento, venha a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos da lei ou indicados no número seguinte, o adjudicatário compromete-se a informar a AICEP desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros à AICEP, privados ou públicos e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.

Cláusula 13.^a

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial e intelectual.
2. Caso a AICEP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do contrato.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 14.^a

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo da AICEP ou do adjudicatário que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudessem ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, verificando-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário fica dispensado de prestar caução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a AICEP, caso o considere conveniente para garantir o cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.
3. Salvo em caso de aplicação de sanções contratuais, a AICEP deve ouvir o adjudicatário antes de proceder à retenção a que se refere o número anterior, tendo este o prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar por escrito.
4. Sempre que a AICEP exerça a faculdade de retenção, o adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação para esse efeito.

Cláusula 16.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA AICEP

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AICEP pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos do presente caderno de encargos.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a AICEP pode denunciar o contrato, mediante notificação enviada ao adjudicatário com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 17.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento de obrigações pecuniárias pela AICEP por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à AICEP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a AICEP cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Excetuando as situações previstas no número anterior, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 18.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. Ao adjudicatário não assiste o direito de ceder a terceiros, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou a fazer-se substituir, por qualquer forma, sem autorização prévia da AICEP, dada por escrito, e nos termos das disposições aplicáveis do CCP.
2. A responsabilidade pela execução do objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual, que venha a ser indicado pela AICEP, pela respetiva ordem sequencial.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a AICEP interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no presente procedimento pré-contratual, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no presente procedimento pré-contratual.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da AICEP, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

7. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

Cláusula 19.^a

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, a AICEP pode aplicar sanções de natureza pecuniária ao adjudicatário, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de início dos serviços por motivo imputável ao adjudicatário, a AICEP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de 1% do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b) Por cada incumprimento dos níveis de serviços descritos na cláusula 27.^a do presente caderno de encargos, a AICEP, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de 1% do preço contratual, por cada ocorrência;
 - c) Por cada hora de interrupção de serviço para além do estabelecido para o nível de serviço mínimo, na cláusula 27.^a do presente caderno de encargos, o adjudicatário sofrerá uma penalização pecuniária no montante de:
 - i. 1% do valor da fatura desse mês para o serviço em falha, no caso de violação do nível de serviço mensal;
 - ii. 1% do valor da faturação desse ano para o serviço em falha, no caso de violação do nível de serviço anual.
2. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de quaisquer obrigações emergentes do contrato não previstas no número anterior, a AICEP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual, no valor pecuniário de até 5% do preço contratual, por cada ocorrência.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AICEP tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. No caso de aplicação de sanções de natureza pecuniária, a AICEP deduz os valores dessas mesmas sanções ao preço contratual.
5. As sanções de natureza pecuniária podem ser aplicadas pela AICEP em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

6. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a AICEP exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento definitivo das obrigações a cargo do adjudicatário ou exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. Nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual.
8. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância da AICEP não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
9. A aplicação de sanções de natureza pecuniária obedece ao disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP.

Cláusula 20.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a AICEP e o adjudicatário, quaisquer comunicações ou notificações efetuadas entre as Partes devem ser efetuadas preferencialmente através de correio eletrónico para o endereço a indicar pela AICEP, mediante transmissão escrita e eletrónica de dados, com aviso de entrega ou carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a AICEP e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se efetuadas às 10 horas do dia útil seguinte.
5. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pelo adjudicatário em sede de execução contratual terá de ser, obrigatoriamente, redigida em português.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 21.^a

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, será nomeado um gestor do(s) contrato(s) com a função de acompanhar permanentemente a execução do(s) mesmo(s), sendo o adjudicatário informado daquela nomeação aquando da notificação da decisão de adjudicação.

Cláusula 22.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o mais que não esteja expressamente previsto no programa do procedimento e no caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação conexa aplicável.

Cláusula 23.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

APRESENTAÇÃO GENÉRICA

1. A AICEP, é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa.
2. A AICEP tem sede na Rua Júlio Dinis, 748, 9.º Dtº, 4050-012 Porto e escritórios em edifícios sitos na Rua de Entrecampos, 28 Bloco B, 1.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º, 1700-158 Lisboa, na Av. da Liberdade, 258, 5.º, 1250-149 Lisboa, 6 Lojas de Exportação nas capitais de distrito e cerca de 50 Escritórios de Representações da Agência em diversos países.
3. A prestação de serviços objeto deste procedimento é para ser efetuada nos 3 escritórios principais da AICEP em território Nacional.

Cláusula 25.^a

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Atualmente a rede de escritórios da AICEP em Portugal inclui 3 locais, cujas instalações se situam nas seguintes moradas:
 - a) Rua Júlio Dinis, 748, 9.º Dt, 4050-012 Porto, escritório com 2 pisos (8.º Esq. e 9.º Drt.), adiante referida como Po_JD;
 - b) Rua de Entrecampos, 28 Bloco B, 8.º Andar, 1700-158 Lisboa, edifício com 8 pisos (1.º, 6.º- 12.º), adiante referida como Lx_Entrecampos;
 - c) Av. da Liberdade, 258, 5.º, 1250-149 Lisboa, adiante referida como Lx_Lib.
2. Os sistemas Informáticos da AICEP estão assentes num modelo híbrido, com alguns servidores em cloud (virtual datacenter) e outros on-premises.
 - a) A rede de dados atual está suportada numa rede IP/MPLS com acessos Ethernet nos 3 escritórios, suportados em Fibra Ótica.
 - b) Todos os acessos têm uma ligação redundante de contingência também em Fibra Ótica.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- c) Cada escritório tem uma Gateway de comunicações ligada aos servidores do Call Manager da CISCO, situado em Lx_Entrecampos, interligados entre si por VoIP sobre a rede Ethernet.
3. Em Lx_Entrecampos existem 2 acessos primários c/ 800DDIs para a voz e em Po_JD e Lx_Lib existe somente 1 acesso primário com 100 DDIs cada.

Cláusula 26.^a

REQUISITOS PARA OS SERVIÇOS A CONTRATAR

1. A arquitetura base das comunicações de voz será para manter, conforme descrito no ponto anterior, devendo, contudo, respeitar os seguintes requisitos:
- a) Comunicações de Voz:
- i. Acessos Primários por local: 2 em Lx_Entrecampos, 1 em Lx_Lib e 1 em Po_JD;
 - ii. DDI's: 800 em Lx_Entrecampos, 100 em Lx_Lib e 100 em Po_JD;
 - iii. O Adjudicatário deverá migrar (portar) os números atuais;

DDI's
100 DDIS (226055300/399) - Rua Júlio Dinis, 748 8ºDrt, 4050-012 Porto
800 DDIS (217909100/899) - Rua de Entrecampos, nº 28, Bloco B, 12º, 1700-158 Lisboa
100 DDIS (213105100/199) - Avenida da Liberdade 258, 5º, 1250-149 Lisboa

- iv. Serviço de número Azul (808214214).
2. É responsabilidade do Adjudicatário verificar previamente todos os requisitos técnicos dos sistemas existentes de forma a compatibilizar os serviços e circuitos a fornecer.
3. O adjudicatário compromete-se a assegurar a migração dos serviços/circuitos, caso a AICEP mude de instalações no decurso do contrato a celebrar, num raio de 20Km.
4. O adjudicatário deve encarar este projeto como um projeto chave na mão.

Cláusula 27.^a

NÍVEIS DE SERVIÇO

1. O adjudicatário deve garantir o suporte à infraestrutura, com um SLA equivalente a uma cobertura de 24x7 com tempo de resposta de 1 hora e de resolução de 4 horas.
2. O suporte deve ser dado em língua portuguesa e diretamente pelo adjudicatário. Não é permitido ao adjudicatário delegar a responsabilidade em terceiros.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Nível de Prioridade	Tempo de Resposta (Máximo)
Prioridade 1 (Crítico) , definida como situação grave de falha total que impeça o funcionamento do serviço prestado.	1h (remoto)
	4h (on-site)
Prioridade 2 (Não-Crítico) , definida como situação de falha menor ou intermitente que, afetando o normal funcionamento do serviço, permite a sua utilização	8h (remoto)
	NBD (on-site)
Prioridade 3 (Melhorias) , definida como situação de falha menor ou intermitente (quando acordado com o AICEP). Melhorias no sistemas e/ou implementações de novas versões.	8h (remoto)
	NBD (on-site)

3. O Adjudicatário deverá cumprir ainda os seguintes termos respeitantes aos níveis de serviço exigidos no âmbito a presente prestação de serviços:

- Deverá ser assegurada a nomeação de um gestor do contrato por parte do adjudicatário que será o ponto de contacto fulcral entre as duas partes;
- Deverá ser assegurado o atendimento comercial, todos os dias úteis, das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00.
- O Adjudicatário deverá descrever as formas de acesso a esses serviços, nomeadamente, linha de suporte, contacto do gestor técnico e gestor comercial;
- Deverá ainda descrever quais os mecanismos de validação dos níveis de serviço (SLA) esperados;
- O Nível de Serviço Mínimo não deve ser inferior a 99.8% no período de 1 mês e 99.9% no período de 1 ano;
- O Adjudicatário deverá disponibilizar um portal onde a AICEP possa consultar a disponibilidade, utilização e desempenho dos equipamentos e circuitos.
- Com o término da prestação do serviço o adjudicatário deverá remover todos os equipamentos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Após este prazo a AICEP poderá remover o equipamento sem permissão do adjudicatário, tomando a AICEP posse dos mesmos.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 28.^a

PREÇOS UNITÁRIOS

1. Os preços unitários devem obrigatoriamente ser apresentados numa única matriz (Anexo ao Convite – Preços Unitários), na qual deve constar detalhadamente o custo unitário (minuto e quantidade) para cada tipologia de tráfego (ex: chamadas nacionais, chamadas internacionais, acessos, equipamentos, etc), à exceção das chamadas efetuadas com destino a números especiais (808xxxxxx) para as quais é estabelecido um *plafond* mensal estimado nos termos da cláusula 30.^a do presente caderno de encargos. – Alterada por decisão da AICEP datada de 08 de janeiro de 2025
2. Os preços unitários podem ser apresentados até quatro casas decimais, conforme matriz.
3. Esta matriz deverá ser disponibilizada em suporte eletrónico, do tipo folha de cálculo.
4. O valor total da prestação de serviços do presente procedimento, será calculada pela grelha reproduzida no ficheiro do Anexo ao Convite – Preços Unitários, que apresenta os tempos máximos que a AICEP prevê consumir durante a vigência do contrato.

Cláusula 29.^a

ALINHAMENTO COM O DECRETO-LEI N.º 151/2015, DE 6 DE AGOSTO

1. A entidade detentora da numeração telefónica deverá garantir a disponibilização da mesma à entidade gestora do serviço ENUM, a Associação DNS.PT. Para o efeito é disponibilizado um sítio na Internet (<http://voz.gov.pt>), em que a referida entidade comunica à entidade gestora os números que irão estar disponíveis, para serem contactados via rede de dados e com recurso ao protocolo ENUM. Assim, a associação DNS.PT, garante a manutenção de uma base de dados (diretório) com os números de telefone dos organismos que pediram o registo até aquele momento;
2. Para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, deverão assegurar que as chamadas para números telefónicos de outros organismos da Administração Pública, constantes na base de dados da associação DNS.PT, são realizadas sem custos para os chamadores.

Cláusula 30.^a – Aditada por decisão da AICEP datada de 08 de janeiro de 2025



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

CHAMADAS COM DESTINO A NÚMEROS ESPECIAIS

1. As chamadas com destino a números especiais (808xxxxxx) devem ser tarifadas respeitando os valores máximos a suportar pelo chamador estabelecidos pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) a cada momento.
2. Para as chamadas efetuadas com destino a números especiais (808xxxxxx) é estimado um *plafond* mensal de 20€ (vinte euros).



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO A

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na
qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de
identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de
Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de
_____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara,
estar ciente de que:

A. Obrigações da AICEP:

1. A AICEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais;
2. A AICEP, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico dpo@portugalglobal.pt, ou através de outro meio que venha a ser por ela indicado no seu *website* (www.portugalglobal.pt);
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante a AICEP (na medida em que esta efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido através do formulário eletrónico existente para esse efeito no *website* da AICEP (página Política de privacidade), gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
4. A AICEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades da AICEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais;
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.

B. Obrigações do Adjudicatário / Prestador de serviço:

Para efeitos de execução do presente contrato de prestação de serviços/fornecimento, declara o Adjudicatário/Prestador de serviço, que se compromete a:

- i) Tratar todos os dados pessoais em respeito pelos princípios e obrigações impostas pela legislação da União Europeia e Portuguesa referente ao tratamento de dados pessoais (nomeadamente o RGPD- Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e a LPDP-Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional);
- ii) Garantir, nas situações onde haja partilha de dados pessoais com a AICEP, que estes foram recolhidos em conformidade com a alínea anterior, no cumprimento quer do princípio de informação quer do princípio da licitude, nomeadamente na obtenção do consentimento válido quando necessário, que permita o tratamento legítimo de tais dados pela AICEP;
- iii) Tratar os dados pessoais partilhados pela AICEP, unicamente para efeitos de gestão desta prestação de serviços/fornecimento, não podendo utilizá-los para outras finalidades nem ceder, a qualquer título, junto de terceiros;
- iv) Conservar os dados pessoais partilhados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior.

Assinatura

Data

(*) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.